



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA E CIENTÍFICA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA E CIENTÍFICA
CURSO DE LICENCIATURA INTEGRADA EM CIÊNCIAS
MATEMÁTICA E LINGUAGENS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO-TCC**

RAQUEL BATISTA CORRÊA

PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA: O PAPEL DO PRECEPTOR NA
FORMAÇÃO DE RESIDENTES

Belém - PA
2019

RAQUEL BATISTA CORRÊA

PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA: O PAPEL DO PRECEPTOR NA
FORMAÇÃO DE RESIDENTES

Trabalho de Conclusão de Curso como requisito parcial para obter o título de Graduada do Curso Licenciatura Integrada em Ciências, Matemática e Linguagens da Faculdade de Educação Matemática e Científica da Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Prof^a Dr^a Valéria Risuenho Marques

Belém - PA

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
LICENCIATURA INTEGRADA EM CIÊNCIAS, MATEMÁTICA E LINGUAGENS

RAQUEL BATISTA CORRÊA

PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA: O PAPEL DO PRECEPTOR NA
FORMAÇÃO DE RESIDENTES

Artigo apresentado à Faculdade de Educação
Matemática e Científica para obtenção do
título de Licenciada em Ciências, Matemática
e Linguagens.

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Valéria Risuenho Marques (Orientadora)

Profª. M.Sc. Ana Cristina Cristo Vizeu Lima (Membro)

Profª. M.Sc. Cleide Maria Velasco Magno (Membro)

CONCEITO FINAL DA BANCA:

EXCELENTE

Aprovado em: 17/12/2019

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter tornado esse momento possível e por ter me dado tantos presentes.

A minha orientadora Prof^a Valéria Risuenho Marques por sua paciência e dedicação ao orientar-me.

Aos demais professores que contribuíram para o meu processo de formação.

Aos meus pais, meus filhos e meus netos e netas.

Ao meu companheiro por estar ao meu lado nessa caminhada.

Aos demais familiares que torceram para que esse objetivo fosse alcançado.

RESUMO

Este texto tem como objetivo identificar contribuições de preceptores para o processo formativo de residentes no âmbito do Programa Residência Pedagógica do Subprojeto “Ensino de matemática no 6º ano do Ensino Fundamental: experiências formativas por meio da residência pedagógica; do Instituto de Educação Matemática e Científica da Universidade Federal do Pará. Para tanto, apoiamos-nos, teoricamente, nos estudos de Almeida e Pimenta (2015), Tardif (2014), Pimenta (1997), Lima e Pimenta (2012) para discutir sobre a formação inicial de professores assim como trazemos alguns artigos do Edital Capes nº 06/2018 que institui o Programa Residência Pedagógica para contextualizar as diretrizes desse programa. Metodologicamente, o estudo é de abordagem qualitativa e como instrumento de coleta de dado, elaboramos um questionário disponibilizado via formulário eletrônico que foi respondido por 10 residentes. No que se refere ao papel do preceptor, em conformidade com os residentes, destacou-se como: orientador, mediador/facilitador do processo de articulação entre teoria e prática, incentivador de práticas de pesquisa para procedimento de análise e discussões nos momentos de planejamento de atividades, gerenciador de reflexão sobre dificuldades de aprendizagem dos alunos e outras reflexões inerentes a metodologias pedagógicas.

Palavras-chave: Formação Inicial; Programa Residência Pedagógica; Papel do preceptor.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
2	DISPOSITIVOS LEGAIS.....	8
3	FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES.....	11
4	O PRECEPTOR NO PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA.....	14
5	METODOLOGIA.....	15
6	O PAPEL DO PRECEPTOR: VOZES DOS RESIDENTES.....	17
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
	REFERÊNCIAS.....	24

1 INTRODUÇÃO

A formação inicial de professores tem sido pauta de estudos e encontros que se ocupam de discutir, dentre outros aspectos, a profissionalização docente e a relevância da indissociabilidade entre teoria e prática. Trazemos para subsidiar esta pesquisa os termos de dispositivos legais que regulamentam as necessidades que precisam ser contempladas nos cursos de formação, dentre eles destacam-se as Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei 9.394/96), o Parecer CNE/CP 28/2001 (BRASIL, 2001), a Resolução CNE/CP 2/2002 (BRASIL, 2002) e a Resolução do Conselho Nacional de Educação nº 2 de 1º de julho de 2015, que são as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da Educação Básica, em nível superior, do curso de licenciatura, de graduação plena bem como a duração e a carga horária desses cursos.

Nesta perspectiva, no ano de 2018 foi lançado, através do Edital Capes nº 06/2018, o Programa de Residência Pedagógica, iniciativa da Política Nacional de Formação de Professores, que tem por objetivo induzir o aperfeiçoamento da formação prática nos cursos de licenciatura, promovendo a imersão do licenciando na escola de educação básica, a partir da segunda metade de seu curso. Por meio da aprovação do subprojeto "Ensino de matemática no 6º ano do Ensino Fundamental: experiências formativas por meio da residência pedagógica", licenciandos do curso de Licenciatura Integrada em Ciências, Matemática e Linguagens da Universidade Federal do Pará (UFPA) foram convidados a participar da seleção para figurarem como residentes com bolsa e participarem ativamente das ações do mencionado subprojeto vinculado ao Instituto de Educação Matemática e Científica da UFPA.

A motivação para esta pesquisa adveio de nossa condição de residente com bolsa, quando participamos das atividades propostas para o projeto, ingressando em uma escola municipal, sob a orientação de um preceptor, professor de matemática dessa escola, e por um docente orientador da UFPA para, após um período de observação, participarmos de distintas atividades do cotidiano da escola.

Em nossa vivência no tema Estágio de Docência I, em que ingressamos em escolas públicas em turmas do 1º, 2º ou 3º anos do Ensino Fundamental, para observar, pesquisar e fazer proposição de plano de aula, sob a orientação de um docente da UFPA, e os estágios de docência e supervisionado das faculdades, são convidados, por meio do Edital citado anteriormente, a repensar e reestruturar estas

práticas, tendo em vista resultados de pesquisas como a de Pimenta e Lima (2015) que evidencia a burocratização dos estágios.

O Programa propõe, além da orientação pelo professor da Instituição de Ensino Superior, de um professor da Educação Básica, preceptor, que se coloca como co-formador e responsável por supervisionar e orientar os residentes em distintas atividades desenvolvidas na escola. Aos residentes, cabe computar carga horária mínima de 440 horas durante a estada no programa e destas, obrigatoriamente, precisam ter pelo menos 100 horas de regência, conforme exigência do Edital.

Diante do exposto, esta pesquisa apresenta como objetivo identificar contribuições de preceptores para o processo formativo de residentes. Consideramos que esse preceptor adveio como uma iniciativa de agregar à formação inicial o saber que Pimenta (1997) denomina de saber da experiência e, diante disto, optamos pela realização de uma pesquisa qualitativa para, a partir da utilização de um questionário com 6 perguntas abertas solicitar que residentes possam dizer, quais contribuições a orientação desses preceptores trouxeram aos seus percursos formativos.

Estudos de Almeida e Pimenta (2015), Tardif (2014), Pimenta (1997), Lima e Pimenta (2012) consubstanciaram esse estudo, para discutir sobre a formação inicial de professores, assim como alguns artigos do Edital Capes nº 06/2018 que institui o Programa Residência Pedagógica para contextualizar as diretrizes desse programa.

Dessa forma, esta pesquisa objetiva apresentar e discutir o material empírico constituído pelas respostas dadas ao questionário por 10 residentes participantes do projeto..

2 DISPOSITIVOS LEGAIS

No que se refere aos aspectos legais quanto aos estágios, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96 é considerada um marco no tocante à prática de ensino, ao prever a formação dos professores da Educação Básica em nível superior. Essa lei reconhece a relevância e a complexidade do processo de formação de professores e amplia para 300 horas a carga horária destinada às práticas.

Posteriormente o Parecer CNE/CP 28/2001 (BRASIL, 2001) e a Resolução CNE/CP 2/2002 (BRASIL, 2002) definiram a duração e a carga horárias mínimas

previstas para os cursos de formação. De acordo com esses documentos, amplia-se o tempo destinado às atividades práticas, a saber: quatrocentas horas para a “prática como componente curricular” (ao longo do curso), quatrocentas horas para o “estágio supervisionado” (a partir da segunda metade do curso) e, ainda, duzentas horas para outras atividades acadêmico-científico-culturais.

Outro dispositivo legal que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica (BRASIL, 2015) é a Resolução do Conselho Nacional de Educação nº 2, de 1º de julho de 2015. O texto dessa lei define princípios, fundamentos, dinâmicas formativas e procedimentos norteadores das formas de organização do processo de formação acadêmica e da regulação das instituições de educação que as ofertam.

A referida resolução ao tratar das disposições gerais, em seu Art.1º, destaca o que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu Art. 62º determina que as instituições formadoras devam promover em regime de colaboração com as escolas de Educação Básica, a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério, atendendo suas especificidades nas diferentes etapas e modalidades de educação básica, de acordo com as normas específicas do Conselho Nacional de Educação – CNE.

Mais adiante, em seu Art. 3º parágrafo 5º, incisos V e VI, a mesma resolução apresenta os Princípios da Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica em que enfatiza que deve haver a articulação entre a teoria e a prática no processo de formação docente fundada no domínio dos conhecimentos científicos e pedagógicos, levando em consideração que ensino, pesquisa e extensão são inseparáveis, assim como o entendimento de que as instituições de educação básica são espaços necessários à formação dos futuros professores.

A lei destaca a necessidade do futuro professor está inserido no espaço escolar para familiarizar-se com todas suas particularidades, estar ciente dos desafios que enfrentará nos seus mais diversos aspectos, pois é nessa escola que realizará a prática profissional de fato. Inserido nesse contexto o docente em formação poderá tratar dos aspectos teóricos e práticos no intuito de atingir resultados com significados para a aprendizagem do aluno frente ao ensino, como uma forma de efetivar o que se aprende na universidade através da prática em sala de aula.

No que se refere às políticas públicas para a formação de professores, no

primeiro semestre de 2018, a CAPES publicou o Edital Capes nº 6/2018 - Residência Pedagógica que se configura como uma ação da Política Nacional de Formação de Professores que apresenta como objeto "selecionar, no âmbito do Programa de Residência Pedagógica, Instituições de Ensino Superior (IES) para implementação de projetos inovadores que estimulem articulação entre teoria e prática nos cursos de licenciatura, conduzidos em parceria com as redes públicas de educação básica" (BRASIL, 2018).

O mencionado Programa indica como objetivos:

- Aperfeiçoar a formação dos discentes de cursos de licenciatura, por meio do desenvolvimento de projetos que fortaleçam o campo da prática e conduzam o licenciando a exercitar de forma ativa a relação entre teoria e prática profissional docente, utilizando coleta de dados e diagnóstico sobre o ensino e a aprendizagem escolar, entre outras didáticas e metodologias;
- Induzir a reformulação da formação prática nos cursos de licenciatura, tendo por base a experiência da residência pedagógica;
- Fortalecer, ampliar e consolidar a relação entre a IES e a escola, promovendo sinergia entre a entidade que forma e a que recebe o egresso da licenciatura e estimulando o protagonismo das redes de ensino na formação de professores;
- Promover a adequação dos currículos e propostas pedagógicas dos cursos de formação inicial de professores da educação básica às orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018)

As Instituições de Ensino Superior (IES) selecionadas de acordo com as especificações do edital trabalharão em regime de colaboração com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação. Às IES cabe a elaboração de projetos institucionais cuja proposta pedagógica vá ao encontro das redes de ensino que receberão os licenciandos.

De acordo com o capítulo 2.2 Das definições, inciso 2.2.1.1:

A residência pedagógica terá o total de 440 horas de atividades distribuídas da seguinte forma: 60 horas destinadas à ambientação na escola; 320 horas de imersão, sendo 100 de regência, que incluirá o planejamento e execução de pelo menos uma intervenção pedagógica; e 60 horas destinadas à elaboração de relatório final, avaliação e socialização de atividades. (BRASIL, 2018)

No que se refere à orientação dos licenciandos, na IES ficará sob a responsabilidade de um professor orientador e na escola campo, por um professor da Educação Básica denominado de preceptor. O Programa terá duração de 18

meses e iniciará em agosto de 2018, encerrando em janeiro de 2020.

Podemos perceber que o Programa vem atender à uma demanda já evidenciada na Resolução 02/2016 – CNE, qual seja atrelar a teoria e à prática. Busca-se também meios e formas de fazer com que os professores em formação sejam capazes de pesquisar a sua própria prática a fim de aprimorá-las e de tornar-se reflexivo por e através dela.

Outra intencionalidade evidenciada pelo edital, diz respeito à indução à reformulação do estágio supervisionado nos cursos de licenciatura, tendo por base a experiência da residência pedagógica. Espera-se que o envolvimento no Programa permita o desenvolvimento de experiência em que os discentes poderão ampliar sua visão de como acontece as suas práticas de ensino ou os estágios de docência.

3 FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES

Discussões e debates sobre a formação de professores e aspectos da profissão docente têm motivado a realização de inúmeras pesquisas, além de ser tema de eventos de cunho científico. Aos docentes espera-se que contribuam para o processo de disseminação dos conhecimentos sistematizados ao longo de décadas.

A Resolução CNE/CP 02/2015, em seu Art. 10 define que “a formação inicial se destina àqueles que pretendem exercer o magistério da educação básica em suas etapas e modalidades de educação” (BRASIL, 2015). Ainda em conformidade com a mesma Resolução, no Art. 9º, são considerados, com relação ao nível superior de formação inicial para os profissionais do magistério para a educação básica, os “cursos de graduação de licenciatura; cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados; e cursos de segunda licenciatura” (BRASIL, 2015).

No âmbito desta discussão, é importante que se tenha compreensão e conhecimento dos dispositivos legais que regulamentam o processo formativo inicial dos professores assim como aos autores que abordam a formação inicial de professores.

Neste sentido, Almeida e Pimenta (2015) indicam que o desafio para os cursos de Licenciatura é justamente o de partir do que os estudantes trazem, o conhecimento que têm da escola por terem sido alunos por tantos anos, para começar se olharem como futuros professores. Isso implica em discussões e análises as quais à formação inicial de professores perpassa, por se tratar de um momento no qual os alunos começam, de fato, a interagir com os espaços escolares

e a vivenciar experiências outras, além das que já adquiriram nas suas vivências escolares. Começam a adquirir uma visão sobre como é estar e ser professor percebendo particularidades da profissão, isto a partir do momento em que passam a frequentar os estágios supervisionados.

Neste contexto, Pimenta e Lima (2012) fazem a seguinte indagação “que professor queremos formar?” reconhecendo que:

O professor é um profissional do humano que ajuda o desenvolvimento pessoal e intersubjetivo do aluno, sendo um facilitador de seu acesso ao conhecimento; é um ser de cultura que domina sua área de especialidade científica e pedagógico-educacional e seus aportes para compreender o mundo; um analista crítico da sociedade, que nela intervém com sua atividade profissional; um membro de uma comunidade científica, que produz conhecimento sobre sua área e sobre a sociedade (PIMENTA; LIMA, 2012, p. 88).

As autoras destacam aspectos da formação do professor que estão além do domínio dos conhecimentos de sua área de atuação e de conhecimentos didáticos e pedagógicos. O professor é visto como um agente com função social, que consegue perceber e fazer leitura da sociedade em que atua e, principalmente, que está atento às reais necessidades dos alunos para poder intervir com qualidade. Além disto, consideram-no como membro atuante da comunidade científica por situar-se em condições de produzir conhecimentos e fazer reflexões sobre isso.

Desta forma buscamos entender um pouco mais sobre o saber dos professores, e no que se refere aos saberes que precisam ser considerados para a formação de professores, Tardif (2014) destaca em sua pesquisa o que os futuros professores devem mobilizar de conhecimentos, neste caso, o saber-fazer, as competências e as habilidades que precisam desenvolver na sua prática diária. De acordo com o autor, "pode-se definir o saber docente como um saber plural, formado pelo amálgama, mais ou menos coerente, de saberes oriundos da formação profissional e de saberes disciplinares, curriculares e experienciais" (TARDIF, 2014, p. 36).

Tardif (2014) considera como saberes necessários à formação de professores quatro tipos diferentes de saberes implicados na atividade docente: os saberes da formação profissional (das ciências da educação e da ideologia pedagógica); os saberes disciplinares; os saberes curriculares e, por fim, os saberes experienciais.

Para o autor os saberes da formação profissional, inicial e/ou continuada, são transmitidos aos professores durante o processo de formação, em que também se constituem conjunto desses saberes, os conhecimentos pedagógicos (o saber-fazer), legitimados pela ciência e repassados aos professores durante sua formação. Assim se refere aos saberes disciplinares como os que pertencem às diferentes áreas do conhecimento como: Matemática, Geografia, Sociologia, etc. E aos demais acumulados ao longo da história, validados pela ciência e transmitidos pelas instituições educacionais.

Relacionando os saberes curriculares às formas de organização das instituições de ensino, de como eles materializam-se sob a forma de programas escolares (objetivos, conteúdos, métodos) que devem ser aprendidos e aplicados pelos docentes. Já os saberes experienciais são resultantes da própria prática dos professores, produzidos por vivência de situações específicas com outros professores e com o meio cultural no qual está inserido, no desenvolvimento de saberes específicos através do seu ato pedagógico cotidiano.

Destacamos também proposições de Pimenta (1997) quando nomeia os Saberes da Docência, como: a experiência, o conhecimento e os saberes pedagógicos. Ao referir-se aos saberes da experiência, a autora nos leva a perceber que muitos docentes em formação já os possuem, pois já foram alunos de professores, os quais muitas vezes deixaram suas marcas nesses alunos. E que outras possibilidades de experiências podem ser vivenciadas na prática de ensinar, sejam elas em igrejas, aulas de reforço em residências particulares, nas comunidades ou grupos sociais dos quais fazem parte, ou até mesmo quando já lidam com alunos em sala de aula sem a formação necessária regularizada. O desafio do curso de graduação é fazer o aluno começar a se ver como professor em formação.

Ao tratar sobre o conhecimento a autora ressalta a diferença entre conhecimento e informação, explicando que a informação confere vantagens a quem as possui por isso mesmo é manipulável por quem a detém, no entanto, há a necessidade dessa informação passar por um processo de organização e tratamento, fazendo relações com outras informações para poder ser considerada conhecimento. Isto é, conhecimento passa pela inteligência que transforma a informação.

Em contrapartida, os saberes pedagógicos relacionam-se a arte de ensinar conteúdos, envolve o domínio de conteúdos e saber repassá-los. Trata-se de aspectos que se coadunam com a didática e metodologias do ensino.

No âmbito desta discussão, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB n. 9.493/96, em seu artigo 43, indica:

A educação superior deve incentivar o trabalho de pesquisa e educação científica buscando desenvolver a ciência, a tecnologia, a criação e difusão da cultura. Desse modo, desenvolver o entendimento do homem do meio em que vive, promovendo a divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos que compõem o patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, publicações ou outras formas de comunicação (BRASIL; 2019).

Percebe-se que a LDB procura direcionar a forma de como deve ser conduzida a pesquisa e educação científica, e nisso também está presente a educação escolar, pois é por ela que se inicia todo o processo de aquisição do conhecimento. E o professor tem um papel fundamental nessa construção, daí então a necessidade de ter uma formação inicial que privilegie esses aspectos pontuados nesse artigo da LDB.

4 O PRECEPTOR NO PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

De acordo com o edital Capes/2018 preceptor é o professor da escola básica que acompanhará os residentes na escola - campo tendo que apresentar alguns requisitos mínimos para que possa participar do programa como bolsista os quais são:

- I. Ser aprovado no processo seletivo do Programa realizado pela IES.
- II. Possuir licenciatura que corresponda ao componente curricular ou ao curso do subprojeto;
- III. Possuir experiência mínima de 2 (dois) anos no magistério na educação básica;
- IV. Ser professor na escola-campo e estar atuando em sala de aula em componente curricular ou na etapa correspondente à habilitação concedida pelo curso participante do subprojeto;
- V. Declarar que possui disponibilidade de tempo necessário para realizar as atividades previstas para sua atuação no projeto. (BRASIL, 2018).

Além de elencar esses requisitos, o referido edital também esclarece que cada preceptor poderá acompanhar no mínimo oito e no máximo dez alunos, bolsistas ou não.

O tópico 3.1.4 em que são discriminadas as abordagens e ações obrigatórias, o programa de Residência Pedagógica apresenta o preceptor como responsável: A regência da sala de aula deverá ser acompanhada pelo preceptor, utilizando a observação e o registro de resultados, acontecimentos, comportamentos, entre outros fatos, para posterior discussão, análise e compreensão dos aspectos formativos em conjunto com o residente e seu docente orientador. (BRASIL, 2018)

Este tópico informa as competências do preceptor dentre as quais podemos enumerar a de acompanhar os momentos de regência, em que terá que observar todos os aspectos formativos relacionados ao domínio de conteúdo, modos de ensinar, articulação entre teoria e prática. Ele não é apenas o professor responsável pela turma, assume um papel de responsável também pela formação do residente. Responsável pelo registro de acontecimentos, fatos e comportamentos relacionados a diversos aspectos ocorridos no momento em que os alunos realizam as regências. Também cabe ao preceptor envolver os residentes em discussões no momento em que realizam planejamentos de atividades, para efetuarem análises de tudo que ocorreu em sala, a fim de que possam ser investigadas possíveis encaminhamentos, com o intuito de melhorar a prática pedagógica.

No âmbito do Programa de Residência Pedagógica espera-se que os residentes desenvolvam atividades apresentadas no tópico 3.1.2, quais sejam: experimentar técnicas de ensino, didáticas e metodologias com observação do trabalho em sala de aula do professor preceptor; Oportunizar que o discente vivencie e pratique a regência de classe, com intervenção pedagógica planejada juntamente pelo docente orientador do curso de formação, pelo preceptor da escola e outros participantes da escola que se considere importante, além da gestão do cotidiano da sala de aula, planejamento e execução de atividades, planos de aula, sequências didáticas, projetos de ensino e atividades de avaliação da aprendizagem do aluno.

Neste tópico o trabalho do preceptor se destaca por promover e acompanhar os residentes em experimentações de estratégias e metodologias que vislumbra a inovação no trato dos conteúdos em sala de aula.

5 METODOLOGIA

Esta pesquisa, foi desenvolvida no âmbito do subprojeto "Ensino de matemática no 6° ano do Ensino Fundamental: experiências formativas por meio da residência pedagógica", submetido e aprovado pelo Edital CAPES n°6/2018, como

um dos subprojetos da Universidade Federal do Pará. A pesquisa em questão apresenta como objetivo identificar contribuições de preceptores para o processo formativo de residentes. O subprojeto em questão está vinculado ao Instituto de Educação Matemática e Científica da UFPA.

A pesquisa é de abordagem qualitativa, com caráter interpretativo, foi desenvolvida em etapas, a saber: observação, estudo teórico, aplicação de questionário e análises. As observações ocorreram ao longo do ano letivo de 2019 quando participamos em diferentes atividades do Programa Residência Pedagógica, como residente com bolsa, em uma escola municipal de Belém-PA. Estando vinculada a um preceptor que foi responsável pela nossa orientação e auxílio no encaminhamento de regências. Tal observação ocorreu em turmas do 6° ano do Ensino Fundamental.

Concomitante às observações, realizamos estudos teóricos para fundamentar a elaboração do relatório final da pesquisa e permitir a elaboração de um questionário contendo 6 perguntas abertas, que foi disponibilizado em formato digital aos demais residentes participantes do projeto, que desenvolveram atividades na escola municipal e na Escola de Aplicação da UFPA. Dos 22 residentes, 10 responderam ao questionário. As questões utilizadas constam no quadro 1.

Quadro 1: Perguntas do questionário realizados com os residentes

1. O preceptor dinamizou momentos de estudo e discussão em que foi possível você perceber a relação teoria e prática? Comente sobre isto.
2. Ele estimulou o desenvolvimento de postura crítica frente às atividades que encaminhou junto com você em momentos de aula? Comente sobre isto.
3. Durante as orientações do preceptor, você se envolveu em algumas atividades relacionada à pesquisa em sala de aula? Comente sobre isto.
4. Sobre as regências, o preceptor contribuiu para a elaboração do plano de aula? Em que aspectos?
5. Ainda sobre a regência, o preceptor avaliou sua regência, dando condições para você rever e repensar sobre o encaminhamento metodológico direcionado? O que aprendeu a partir dessa avaliação?
6. Em que aspectos o preceptor de sua escola campo contribuiu para seu processo formativo?

Fonte: A autora (2019)

Na sequência deste texto serão apresentados, discutidos e analisados aspectos elencados pelos 10 residentes que responderam ao questionário.

6 O PAPEL DO PRECEPTOR: VOZES DOS RESIDENTES

Neste item será analisado o material empírico constituído a partir do preenchimento do questionário que fora elaborado e disponibilizado aos residentes. Como mencionado, o questionário foi disponibilizado em forma de formulário digital e tivemos retorno de 10 residentes quanto ao preenchimento.

Sobre questionamento, "O preceptor dinamizou momentos de estudo e discussão em que foi possível você perceber a relação teoria e prática? Descreva experiência que evidencie isso". Os residentes evidenciaram:

Sim, em atividades envolvendo modelagem matemática. Primeiro estudamos artigos sobre a modelagem e depois elaboramos atividades para os alunos. (Residente 1)

Temos sempre novas experiências em que envolve a dinâmica da teoria e prática, quando estamos em estudos com nossa preceptora e com a preceptora da escola... Lembro que precisaríamos fazer representações de medidas geométrica envolvendo ângulo, triângulo, retângulo, retas, semirretas e segmentos de retas para os alunos envolvidos no projeto que desenvolvemos no contra turno de três turmas de matemática do 6º ano

...tivemos que achar estratégias para aliar a teoria e prática para ensinar de forma simples o assunto a eles... então decidimos usar o Tangram pra representar essa figuras geométricas pra eles... Deu muito certo...os alunos gostaram da forma de como foi aplicado o conteúdo e ficou mais dinâmico a aprendizagem e estreitou ainda mais a relação que eles tivera com a geometria. (Residente 2)

Sim; acontecem várias reuniões de estudo. Nelas nossa preceptora trabalha materiais manipulativos e explicar conceitos envolvidos tanto na construção do material como e porque é usado no ensino-aprendizagem de forma a contemplar os anos séries escolares. (Residente 4)

Sim. Elaboramos uma metodologia e a aplicamos, pautada na teoria proposta pelo preceptor. (Residente 7)

Sim, pois o mesmo desenvolveu uma relação da semiótica com a música. Nesta modalidade houve quais as relações de frações com as notas musicais, semibreve, feminina e assim sucessivamente. (Residente 9)

Nos excertos destacados foi evidente que os residentes puderam vivenciar momentos de estudos com seus preceptores, permitindo-lhes entender a importância da teoria no momento da sua prática em sala de aula. Como professores em processo de formação, evidenciam que seus preceptores os motivaram a realizar leituras possibilitando-os atingir resultados com significado para a melhoria de suas práticas. Neste aspecto Pimenta e Lima (2012) apontam que essas relações que se estabelecem entre o professor e alunos favorecem um intercâmbio entre práticas e teorias que se entrecruzam e se complementam. Esses momentos de estudos ou reuniões nos foram relevantes também como residente para percebermos a necessidade de a teoria vir atrelada à prática.

Quanto ao segundo questionamento, "Ele estimulou o desenvolvimento de postura crítica frente às atividades que encaminhou junto com você em momentos de aula? Descreva experiência que evidencie isto." Os residentes mencionaram:

Em alguns momentos ficamos sozinhos para dinamizar a estratégia que seria aplicado nas aulas e no projeto, a nossa preceptora escolar, tem toda a calma para explica e reexplicar cada passo que será dado em sala de aula, separa cada matéria e nos ensina como aplicar de forma a obter o resultado esperado. Ensina a maneira de como falar e se comportar diante das situações inevitável que possam acontecer... assim, podemos nos sentir confortável para auxiliá-la nas aulas. (Residente 2)

Sim. Todos os jogos e dinâmicas a serem executados em sala de aula deveríamos sistematizar os enunciados das questões problemas, usando termos matematicamente, para que os alunos iniciem interação com a linguagem matemática. (Residente 4)

No momento da correção das provas, para que fosse considerado o caminho que os alunos levaram para tentar chegar até a resposta, não efetivamente o resultado. (Residente 3)

Sim, em momentos que devemos dividirem grupos e trabalhar números negativos e números decimais relacionado às questões do cotidiano na prática pedagógica. (Residente 9)

Percebeu-se que os residentes demonstram terem sido instigados por seus preceptores a desenvolverem uma postura crítica em suas regências, o que segundo Pimenta e Lima (2012) destacam que o professor amplia sua consciência sobre a própria prática, pressupondo conhecimentos teóricos e críticos sobre a realidade.

No que se refere ao terceiro questionamento, "Durante as orientações do preceptor, você se envolveu em algumas atividades relacionadas à pesquisa em sala de aula? Descreva experiência que evidencie isto". Os dez residentes confirmam que se envolveram em atividades relacionadas à pesquisa em sala de aula, durante as orientações do preceptor, selecionamos os seguintes:

Sim, com a elaboração de questionários para saber os níveis de conhecimento dos alunos sobre potenciação e iniciar a elaboração de artigos. (Residente 1)

Sim no momento em que fomos desafiados e montar uma aula diferente do padrão, minha aula no caso foi um jogo matemático. (Residente 3)

Sim. Observação e intervenção com alunos com necessidades especiais. Fabricação de materiais concretos, leituras sobre inclusão e artigo das vivências. (Residente 4)

Sim. Em vários momentos isso ocorreu. Em uma delas os residentes trabalham sob orientação do mesmo grupo de alunos com níveis de aprendizado bem diferenciados. Cujo objetivo foi recuperar esses alunos e assim proporcionar que os mesmos atingissem o mesmo nível de aproveitamento dos outros alunos ou aproximá-los destes. (Residente 6)

Sim. Ele nos incentivava a pesquisar o assunto a ser ministrado, mas sempre nos dando liberdade para escolher a metodologia. (Residente 8)

Percebemos nas falas que foi unânime a afirmativa positiva com relação à pergunta. Nos excertos selecionados os residentes sinalizam terem participado de forma ativa durante seu percurso na escola, de pesquisas que buscaram solucionar algum tipo de problema identificado, com relação à aprendizagem dos alunos, nas aulas do professor e nas regências dos residentes. Nessa perspectiva Pimenta (2012) afirma que a pesquisa é componente essencial das práticas, apontando novas possibilidades de ensinar e aprender a profissão docente.

Na sequência solicitamos, "Sobre as regências, o preceptor contribuiu para a elaboração do plano de aula? Em que aspectos?" Os residentes evidenciaram:

Regência dentro da residência pedagógica é sempre constante...a nossa preceptora escolar nos dá espaço e acredita no nosso potencial, sempre nos orienta a fazer o melhor e fazer com amor o ensinar e aprender... Todos os momentos que vamos interagir com os alunos ela está nos ajudando e intervindo quando algo não está correto, o que nos deixa seguros em sala...aliás ela está com a gente e se envolve com a regência assim como a gente, assim ela

contribui, antes e durante a regência...assim como a nossa preceptora institucional, sempre estão juntas nos orientando, ensinando e contribuindo com o nossa formação docente. (Residente 2)

Sim; através de orientações, mas também nos deixando livres para encontrar estratégias para elaboração das aulas. (Residente 4)

O preceptor sempre nos orientou quanto ao assunto a ser trabalhado e fazia as revisões nos ajudando, auxiliando e orientando. (Residente 5)

Nas regências feitas deixou, no início, os residentes bem a vontade sem pressões. Após esse momento fazia sempre as considerações que entendia como pertinentes segundo suas observações. Como sempre instigar o aluno a compreender para elaborar suas respostas fugindo do aspecto conteudista desprovido de sentido por ser contextualizado. (Residente 6)

Em relação ao aspecto analisado, todos os residentes indicaram que o preceptor orientou tanto na elaboração, quanto durante a implementação da aula, de modo que eles conseguissem abordar os conteúdos de forma adequada. Segundo Tardif (2014) os processos de aquisição e aprendizagem dos saberes ficam, assim, subordinados materialmente às atividades de produção de novos conhecimentos.

A seguir indagamos, "Ainda sobre a regência, o preceptor avaliou sua regência, dando condições para você rever e repensar sobre o encaminhamento metodológico direcionado? O que aprendeu a partir dessa avaliação?" De acordo com os residentes:

Ao elaborarmos um plano de aula, pensamos em tudo que vamos fazer, sempre de comum acordo com a nossa preceptora, consideramos os passos a ser percorrido em sala e elaboramos toda a estrutura do plano em cima do assunto a ser abordado, operacionalizamos tudo e enviamos pra nossa preceptora pra fazer as devidas observações e correções... Nesse momento é que entra a experiência e a vivência da nossa preceptora em enxergar mais além que nós pra poder intervir no que pode ou não está tão corretor na elaboração do plano de aula. Exemplo: fizemos um plano de aula, onde tínhamos que aplicar problemas envolvendo enunciados e linguagem matemática das operações de adição e subtração e baixamos atividade prontas da internet. A nossa preceptora pediu pra que a gente elaborasse as nossas próprias atividades pra ser aplicada, o que foi muito melhor, porque nos levou a ser mais proativos e original com o nosso plano de aula. (Residente 2)

Sim, com suas críticas em relação a postura ou mesmo conhecimentos sobre o assunto que deixamos passar despercebido, isso ajudou bastante em nossa visão como futuros educadores. (Residente 3)

Sim, ela nos deixou a vontade e pontuou o que estava positivo e negativo. Tudo que nos foi dito foi essencial e será de suma importância para o meu desempenho em sala de aula como futura professora. (Residente 5)

Sim. Como já fora mencionado sempre faz suas considerações segundo sua experiência e conhecimentos teóricos. Como aprendizado posso relatar o trabalho em grupos iniciado e finalizado na sala de aula, o uso do processo interativo entre os alunos mais ou menos facilidade de aprendizado, a dinâmica que ha em uma sala de aula e a importância de fugir ao tradicional uso somente do livro didático como único recurso de ensino. (Residente 6)

Sim. Aprendi dinamizar o tempo em relação ao nível de aprendizagem de cada turma. (Residente 7)

Os residentes indicam terem sido avaliados por seus preceptores após os momentos de regências. Nos excertos anteriores informam também terem sido avaliados, porém nos relatam que seus preceptores ao criticarem ou mesmo sugerirem mudanças nas metodologias aplicadas nessas aulas, ajudaram a reverem seus modos de elaboração de suas tarefas.

No último questionamento indagamos "Em que aspectos o preceptor de sua escola campo contribuiu para seu processo formativo?"

No início foi um pouco difícil, pois sentia uma certa distância do que aprendia no curso e a forma com que ele ministrava as aulas (tradicionais), mas, com passar dos meses ele foi começando mudar a forma como trabalhava, nos colocou mais por dentro de seus planejamentos e mudou sua didática, tentando ao máximo deixar as aulas mais interessantes, incluindo notas musicas, dinâmicas em grupos e dividindo a turma em níveis de ensino fazendo com que os residentes ficassem mais próximos e responsáveis por cada grupo de aluno assim planejamos várias aulas, jogos e avaliamos os alunos. De fato, pude sentir como era estar responsável pelo aprendizado dos alunos que estavam no meu grupo, planejei as aulas, fui atrás de melhores jeitos de ensinar, tive que desenvolver a autonomia, pois estava responsável pela aprendizagem daqueles alunos. (Residente 1)

Toda observação e interação em sala de aula, seja pra ser regente ou não já é importante pra nossa formação como professor, assim sendo, o preceptor da escola é sempre importante, porque está mais no dia a dia em contato conosco...tem uma grande e considerável importância na produção do nosso conhecimento real em sala de aula e é um facilitador desta relação de teoria e prática que pra nós só é possível com a construção desse preceptor... No meu caso só tenho que agradecer a minha preceptora da escola, pois é através dos ensinamentos e orientação que ela me dá que estou seguindo a passos largos ao encontro de uma profissão que sempre quis, mas

não por ego e sim para ser um diferencial para o meu aluno... agradeço de coração a minha preceptora. (Residente 2)

Estou mais autoconfiante, adquirindo melhor desempenho na relação professor/aluno e desenvolvendo habilidades de como levar os conteúdos de matemática de maneira a contemplar as dificuldades dos alunos, maior domínio de sala de aula e reflexão de minha regência. (Residente 4)

Em muitos aspectos, com ela aprendemos construir conhecimentos a partir de identificação e análise de relações e práticas do dia a dia na escola. (Residente 5)

No emprego de estratégias de ensino que favoreçam o processo ensino aprendizagem, com tarefas a serem realizadas de forma dinâmica em que todos possam ser envolvidos de maneira coletiva. (Residente 6)

Contribuiu no sentido de nos estimular a melhorar nossa prática, estudando não só o conteúdo, mas a melhor forma de aplicá-lo. (Residente 8)

Um aspecto muito interessante quando ele faz a gente percebe a importância de se aprender matemática de uma forma prazerosa. (Residente 10)

Observando os excertos dos alunos percebemos que os preceptores conseguiram através do relacionamento que tiveram com seus residentes, realizar um trabalho de orientação e ensinamentos, que fez toda diferença no percurso formativo dos residentes; deixando marcas em suas vivências diárias, como nos relata a Residente 2. O Residente 9 chama nossa atenção para o que o preceptor utiliza como instrumento para ensinar frações, através das notas musicais, o que segundo o residente foi um jeito novo, dele próprio aprender o assunto.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o discutido neste artigo, a inserção dos graduandos do curso de Licenciatura Integrada em Ciências, Matemática e Linguagens nas ações do Programa de Residência Pedagógica foram relevantes para qualificar seus percursos formativos.

No tocante a definição do papel do preceptor dentro do programa, houveram aspectos que foram observados nas vozes dos residentes que evidenciaram ser de caráter: orientador, mediador/facilitador do processo de articulação entre teoria e prática, incentivador de práticas de pesquisa para procedimento de análise e discussões nos momentos de planejamento de atividades; gerenciador de reflexão sobre dificuldades de aprendizagem dos alunos e outras reflexões inerentes a metodologias pedagógicas.

Podemos dizer como residente também que este trabalho contribuiu para que pudéssemos entender um pouco sobre os dispositivos legais que regulam a formação inicial e continuada de profissionais do magistério da educação básica, também nos direcionou a um estudo mais profundo do Edital Capes 06/2018 que tratou sobre as normas que regulamentaram o Programa de Residência Pedagógica.

Esse estudo também colaborou de forma positiva, a fim de que pudéssemos ter noção de como os demais residentes relacionaram-se com seus preceptores e como eram construídas essas relações no fazer diário da sala de aula, na qual ambos estavam exercitando/construindo suas práticas. Foi um momento em que também, houve uma certa representação enquanto pesquisadora, por meio das vozes dos colegas participantes da pesquisa, e podemos aqui afirmar que nossa relação com nosso preceptor não se distanciou da descrita por eles.

Desde quando iniciamos as atividades dentro do projeto, tivemos liberdade de fazer observações frente a alguma situação diversa, com o intuito de aplicar intervenções didáticas e sugerir proposições nos encontros destinados ao planejamento de atividades. Essa troca de saberes contribui e auxilia na relação entre os formadores e o formando, tornando-os intensa e interativa para ambas as partes.

Essa experiência contribuiu de forma significativa para o nosso processo formativo, pois propiciou momentos de estudos que serviram para ampliar nosso modo de ver e querer ser uma professora consciente de suas responsabilidades na

formação de pessoas críticas e conhecedoras de sua realidade, que precisará estar em formação contínua, em contato com outros saberes e conhecimentos além daqueles inerentes a sua especificidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Isabel de, PIMENTA, Selma Garrido. **Estágios supervisionados na formação docente** [livro eletrônico]: educação básica e educação de jovens e adultos / Maria Isabel de Almeida, Selma Garrido Pimenta (orgs.) — São Paulo: Cortez, 2015.

BRASIL. **Programa de Residência Pedagógica**. Edital Capes 06/2018. Disponível em: <<https://capes.gov.br/images/stories/download/editais/01032018-Edital-6-2018-Residencia-pedagogica.pdf>>. Acesso em novembro de 2019.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada**. Resolução CNE/CP n. 02/2015, de 1º de julho de 2015. Brasília, Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, seção 1, n. 124, p. 8-12, 02 de julho de 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. **Resolução CNE/CP n. 02/2002**, de 19 de fevereiro de 2002. Brasília. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP022002.pdf>>. Acesso em novembro de 2019.

BRASIL. **Leis de Diretrizes e Bases**. Lei nº 9.394. 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>> Acesso em novembro de 2019.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PIMENTA, Selma Garrido. **Formação de Professores – Saberes da Docência e Identidade do Professor**. Disponível em: <<https://www.edu/Nuances-Vol. III-Setembro de 1997>>. Acesso em dezembro de 2019.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.